



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

OS PROGRAMAS PAE\UEMS E PVUI\UEMS E AS CONTRIBUIÇÕES NA PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS NEGROS E INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NOS OITOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS DA UEMS.

¹Meireangela Conceição da Silva Cruz; ²Maria José de Jesus Alves Cordeiro.

UEMS- Cidade Universitária – Caixa Postal 351, CEP: 79804-970 - Dourados – MS, E-mail: meirejose@live.com.

¹Bolsista de Iniciação Científica da UEMS. ² Orientadora, Professora do curso de Pedagogia da UEMS/Dourados - MS

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa na qual realizamos um levantamento de dados dos acadêmicos negros e indígenas cotistas dos oito cursos de licenciatura da UEMS/Unidade Universitária de Dourados que receberam bolsa do Programa de Assistência Estudantil - PAE\UEMS e o Programa Vale Universidade Indígena PVUI\MS de 2004 a 2013, além dos demais e, como essas bolsas contribuíram ou ainda contribuem para permanência desses alunos na universidade. Para isso, coletamos dados na Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEC/UEMS e verificamos quantos alunos foram contemplados nos editais de 2004 até 2014. Aplicamos um questionário via e-mail buscando detectar quantos concluíram o curso, quantos continuam estudando com essas bolsas e auxílios, quantos perderam a bolsa, os motivos e de que forma essa bolsa contribuiu ou contribuiu para a permanência na universidade. Dos pesquisados, recebemos respostas de 10 (dez) acadêmicos egressos e cursistas dos seguintes cursos: Pedagogia, Letras e Física. Em relação aos dados institucionais, os resultados mostram que os setores responsáveis pelos editais e implementação das bolsas não possuem um sistema organizado de dados dos alunos

contemplados nos vários editais abertos anualmente, mesmo tratando-se de uma universidade que possui ações afirmativas do tipo cotas, para negros e indígenas. Dessa forma, parte de nossa pesquisa foi prejudicada principalmente no que se refere: ao sistema de cotas nos anos de 2005 a 2014, com exceção de parte dos contemplados nos editais de 2011, 2012 e 2013; a identificação dos cursos a que pertence os contemplados nos anos de 2005 e 2006 e ausência de dados do PAE/UEMS de 2004, assim como dos dados sobre as bolsas do PVUI/MS. Um dos resultados mais expressivos é a constatação de apesar dos valores irrisórios das bolsas e auxílios recebidos nesses programas, os acadêmicos consideram sim a bolsa e os auxílios de suma importância para a permanência deles na universidade.

Palavras-Chave: Acesso e permanência, PAE/UEMS, Cursos de licenciaturas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou fazer um levantamento de dados dos acadêmicos que receberam e ainda recebem bolsas do Programa PAE/UEMS e o PVUI/MS, de 2004 a 2012, e que tipo de contribuição que a bolsa proporcionou aos alunos egressos e matriculados para a permanência dos mesmos na universidade. Teve como objetivo fazer um levantamento de dados dos acadêmicos cotistas dos oito cursos de licenciatura da UEMS/Unidade Universitária de Dourados que receberam bolsa do Programa PAE/UEMS e o PVUI/MS de 2004 a 2014, e como essas bolsas contribuíram ou ainda contribuem para permanência desses alunos na universidade.

As bolsas do PAE/UEMS visam criar condições para que o estudante de baixa renda tenha acesso e permanência ao ensino superior, dentre ele negros e indígenas. Para tanto, programas federais, estaduais e institucionais foram criados, gerando grandes avanços, principalmente com a elaboração de Programas de Assistências aos estudantes de baixa renda.

Seguindo essa política, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul instituiu o Vale Universidade no ano de 2004 com o compromisso de oferecer aos estudantes universitários de baixa renda matriculados em instituições privadas uma bolsa para ajudar na permanência. Porém, na UEMS nessa mesma época, ingressavam os primeiros cotistas negros e indígenas e a eles parte dessas bolsas foram destinadas, sendo anos depois transformadas no PVUI/MS.

Para os demais alunos, considerados em situação de vulnerabilidade social, comprovada renda média familiar igual ou inferior a dois salários mínimos vigente no país, sem outra atividade remunerada, temos o PAE/UEMS nas modalidades de bolsa permanência, auxílio alimentação e auxílio moradia, coordenado pelo Pró – Reitoria de ROEC/UEMS, bem como, pelo acompanhamento do PVUI/MS na UEMS.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa do tipo descritiva que segundo Gil (2008) busca descrever as características de determinadas populações, grupos ou fenômenos, que possibilitou observar parcialmente a quantidade de alunos contemplados com as bolsas e auxílios nos cursos de licenciatura da Unidade Universitária de Dourados. Para esses levantamentos foram usados os editais dos programas e os editais com resultados publicados pela PROEC\UEMS. Aplicamos um questionário via e-mail aos alunos e alunas dos cursos de licenciaturas ofertados em Dourados de 2004 a 2014: Ciências Biológicas, Enfermagem (2011 a 2014), Física, Letras Português /Espanhol, Letras Português /Inglês, Matemática, Pedagogia e Química. Responderam ao questionário dez bolsistas sendo 09 do sexo feminino e 01 do sexo masculino sendo: 01 da Física, 02 de letras e 07 de Pedagogia. Apenas uma não se identificou, colocando apenas sexo e nome do curso.

Os resultados referentes aos editais de concessão de bolsas e auxílios do PAE/UEMS mostraram que:

a) Nos anos de 2005 e 2006 foram concedidas 101 (cento e uma) bolsas permanência, dos quais 36 (trinta e seis) e 16 dos 42 (quarenta e dois) auxílios alimentação, para acadêmicos de Dourados, mas também sem o nome dos cursos e sistema de cotas.

b) De 2007 a 2010 foram concedidas 544 (quinhentos e quarenta e quatro) bolsas permanência das quais 120 (cento e vinte) foram atribuídas a acadêmicos dos cursos de licenciaturas de Dourados, bem como, 29 (vinte e nove) dos 206 (duzentos e seis) auxílios alimentação e 20 (vinte) dos 144 (cento e quarenta e quatro) auxílio moradia, porém sem identificação do sistema de cotas a que pertence cada contemplado.

c) No ano de 2011 foram 160 (cento e sessenta) bolsas permanência e dessas, 13 (treze) para acadêmicos das licenciaturas de Dourados. Destes, 02 são

negros cotistas, 02 indígenas cotistas, 05 não responderam e 05 são das vagas gerais. Já o auxílio alimentação atendeu 17 (dezesete) acadêmicos, sendo apenas um da licenciatura em Dourados, enquanto dos 17 (dezesete) auxílios moradia 04 (quatro) atendeu esse item. Não há registro do sistema de cotas.

d) No ano de 2012 foram concedidas 160 (cento e sessenta) bolsas permanência das quais 21 (vinte e uma) forma para as licenciaturas de Dourados. Destas somente 03 (três) trouxeram a identificação das cotas, sendo 02 negros cotistas e 01 indígena cotista, todas do curso de Enfermagem. Os auxílios alimentação e moradia atenderam 52 (cinquenta e dois) acadêmicos cada, sendo 10 (dez) nas licenciaturas de Dourados, porém sem a identificação do sistema de cotas.

e) Em 2013 o programa atendeu 161 (cento e sessenta e um) acadêmicos dos quais 19 (dezenove) são dos cursos de licenciaturas de Dourados, destes, 05 (cinco) negros cotistas, 02 indígenas cotistas. Quanto ao auxílio alimentação foram apenas 37 (trinta e sete) os contemplados e destes apenas um aluno de um curso de licenciatura em Dourados, mas sem dados sobre as cotas.

f) Em 2014 já foi publicado um edital no qual foram contemplados 100 (cem) acadêmicos com bolsa permanência, 32 (trinta e dois) auxílios alimentação e 32 (trinta e dois) auxílios moradia. No entanto, o edital apresenta apenas nome dos alunos, curso e unidade a que pertencem, sem a identificação do sistema de cotas.

Considerando que a UEMS possui cotas para indígenas de 10% e para negros de 20% das vagas e que desde o início em 2004 as vagas nos cursos ofertados em Dourados são preenchidas, o baixo número de cotistas atendidos pelo programa nos três citados anos é preocupante, principalmente porque os indígenas são os que apresentam o menor índice de renda familiar e maior índice de evasão, desistência e repetência nas disciplinas do primeiro ano. A formação superior de negros, indígenas e pobres é uma possibilidade de transformação social para garantir os direitos fundamentais a todos sem distinções, tais quais afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH ,1948) .

As desigualdades educacionais no acesso e permanência no ensino superior ainda estão presentes/expressas nos indicadores sociais no Brasil! E elas se traduzem em desvantagens acentuadas quando se referem ao contingente de pessoas de baixa renda, indígenas e dos negros brasileiros. (TRAGTENBERG, 2012, p.4)

Já as respostas recebidas por meio dos questionários nos mostram a opinião de alunos e alunas e informações que nos ajudaram a entender a importância atribuída

as bolsas permanência, embora seu valor seja baixo, assim como dos auxílios alimentação e moradia.

Quando perguntamos a uma acadêmica do curso de licenciatura Letras \Espanhol que recebia bolsa permanência, qual foi ou está sendo a contribuição da bolsa ou auxílio para a sua permanência no curso, obtivemos a seguinte fala:

A bolsa contribuiu para eu pudesse pagar o transporte, alimentação, materiais para o estudo (fotocópias, livros, cadernos e etc.). Ou seja, foi de grande importância para que eu conseguisse meu diploma, sem preocupações que, no meu caso, por morar em outra cidade, e as aulas terminam em um horário meio tarde, se eu não tivesse a bolsa, teria a preocupação de trabalhar para manter meus estudos, porém, com a bolsa uma preocupação a menos, pois, tinha tempo de se dedicar aos estudos.

Percebemos não só nessa fala como em outras respostas a contribuição significativa da bolsa permanência na vida do estudante na universidade, não só financeiramente, mas no tempo de dedicação aos estudos, pois, argumentou que se não fosse o auxílio das bolsas teria que desistir do curso para então ir trabalhar devido à dificuldade financeira. Ressaltamos também que esses programas favorecem a inclusão de alunos de baixa renda, negros e indígenas na universidade, onde a existência de uma visão equivocada sobre as ações afirmativas ainda é muito presente, apesar da existência não só desigualdade socioeconômica, mas também da discriminação racial de negros e indígenas.

Quando perguntados se o valor da bolsa ou do auxílio PAE era ou é suficiente para ajudar na permanência na universidade, uma acadêmica de Pedagogia relatou que:

Para mim não foi. Justamente por não poder contar com um apoio financeiro familiar e ainda não poder trabalhar, acabamos tendo que “nos virar” com o dinheiro da bolsa, que por sua vez tem que contribuir para gastos básicos como material diverso de papelaria, impressão e xerox, passe de ônibus, alimentação, internet, telefone, farmácia, médico, dentre outros [...] Assim, considero que o valor da bolsa é insuficiente para permanência na Universidade.

Na visão de acadêmicos que responderam ao questionário os programas são bons, mas não é o suficiente para a permanência no curso que e precisaria de maior remuneração, ou seja, um valor melhor, pois chega a ser irrisório frente aos valores que se paga pela alimentação nas cantinas, por exemplo.

Desse modo queremos enfatizar a necessidade dos gestores desses programas na UEMS entender que os valores que são pagos atualmente não são suficientes nem

para subsistir uma semana (alimentação) e tampouco para fazer frente ao aluguel de um quarto (moradia) e que os universitários precisam sim de um auxílio, de uma bolsa de estudos, mas com valores que lhes dê condições para se manterem na universidade, principalmente aqueles que estudam em cursos integrais, não recebem ajuda familiar e estão muito distantes da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve grande importância para conhecermos a situação dos acadêmicos cotistas ou não na UEMS. As ações afirmativas garantem a igualdade de condições para disputar as oportunidades disponíveis na sociedade, sem distinções de raça ou condição social, visando à igualdade e o fortalecimento da discussão pela inclusão de grupos historicamente excluídos da educação superior, garantindo direitos fundamentais. Todavia, trata-se aqui de uma realidade social, que mesmo com os avanços, ainda requer transformação na sociedade, enfatizando aqueles que se encontra em situação de vulnerabilidade social, para que lhes sejam concebidas condições de inclusão não só na universidade, mas na sociedade (SANTOS , 2005).

Além disso, sugerimos ao setor de assistência e apoio estudantil da UEMS acompanhar mais de perto a implementação do PAE/UEMS e PVUI/MS com monitoramento da situação dos estudantes contemplados e registro das atividades desenvolvidas no setor, de forma organizada e científica para que no futuro outros graduandos pesquisadores possam ter acesso a informações corretas, possibilitando o processo de avaliação dessas políticas.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, João Paulo de Faria. Ações afirmativas e igualdade racial: A contribuição do direito na construção de um Brasil diverso. São Paulo, 2005. 99p.

TRAGTENBERG, M. H. R. et al. Programa de Ações Afirmativas (PAA) para ampliação do acesso á Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico- racial: avaliação do período 2008-2012 e proposta de revisão. PAA\UFSC: Florianópolis, 5 jun. 2012 .